

Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas?*

Eliel Machado**

*Não se diga que o movimento social exclui o movimento político.
Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social.*
Karl Marx, *A miséria da filosofia*

Resumo:

Problematiza-se, teoricamente, o protagonismo político de sujeitos que não pertencem ao núcleo “duro” da relação capital/trabalho no subcontinente latino-americano e são constituídos principalmente por “subproletários” e “semiproletários”. Procura-se discutir quais as prováveis implicações políticas e ideológicas desses confrontos para as lutas proletárias por transformação social.

Palavras-chave: Proletariado. “Subproletariado”. “Semiproletariado”. Práticas de classes.

Introdução

Quando observamos as lutas sociais ocorridas nos anos 1990 e 2000, salta aos olhos o protagonismo de alguns movimentos populares que enfrentaram governos eleitos em seus respectivos países contra a implantação das políticas neoliberais. Pode-se dizer que da Patagônia argentina à Selva Lacandona mexicana, eclodiram lutas populares contra as antipopulares políticas liberalizantes. Detectamos pelo menos dois elementos mais comuns neste período: 1. Praticamente todos os países do subcontinente latino-americano aderiram ao receituário do Consenso de Washington que preconizava *estabilização* (de preços e das contas nacionais), *privatização* (dos

* Esta é uma versão modificada do artigo que apresentamos no VI Colóquio Internacional Marx Engels, realizado entre os dias 3 e 6 de novembro de 2009, na Universidade Estadual de Campinas. De lá para cá, o povo haitiano foi surpreendido por um terremoto de dimensões sociais arrasadoras. Não poderia ser de outro modo, dedico este pequeno ensaio à sua luta contra as catástrofes naturais, políticas e econômicas nas quais está submetido.

** Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina, coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL), pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) e membro do GT El Estado em América Latina. Continuidades y rupturas do CLACSO. End eletrônico: elielmachado@uol.com.br

meios de produção e das empresas estatais), *liberalização* (do comércio e fluxo de capitais), *desregulamentação* (da atividade privada) e *austeridade fiscal* (restrições aos gastos públicos) (Petras, 1998: 18); 2. Os principais opositores ao “Consenso” não foram os proletários tradicionais, por meio de seus sindicatos e partidos políticos, mas os chamados movimentos sociais, de base “urbana” ou “rural”: os *piqueteros* argentinos, os sem-terra brasileiros, os *zapatistas* mexicanos,¹ os *cocaleros* bolivianos, os indígenas equatorianos e, mais recentemente, os peruanos.

Embora estas denominações sejam genéricas (sem-terra, sem-teto, *piqueteros*, *cocaleros* etc.),² em suas respectivas formações sociais concretas encontramos organizações específicas:

Movimentos populares na América Latina*			
Brasil	Argentina	Bolívia	Equador
<ul style="list-style-type: none"> • MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra • MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto • MMC - Movimento dos Moradores do Centro • UMM - União dos Movimentos de Moradia • CPT - Comissão Pastoral da Terra • MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens • MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra 	<ul style="list-style-type: none"> • FPDS - Frente Popular Darío Santillán CCC - Corriente Clasista y Combativa • Barrios de Pie • FTV - Federación Tierra y Vivienda • Frente de Desocupados Eva Perón • MTR - Movimiento Teresa Rodríguez • MIJD - Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados 	<ul style="list-style-type: none"> • COB - Central Obrera Boliviana • Federación Agraria Nacional • Confederación Sindical de Colonos (filiada à COB) • FEJUVE - El Alto - Federación de Juntas de Vecinos • COR - Central Obrera Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • CONAIE - Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador • ECUARUNARI - Confederación del Pueblo Kichwa • CONFENIAE - Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana • Tinkunakuy - Centro de Pensamiento y Culturas Andinas por la Construcción del Estado Plurinacional

* Quadro meramente ilustrativo das formas específicas dos movimentos populares latino-americanos que, ao longo do tempo, adquiriram denominações genéricas, aglutinadoras de suas ações. Evidentemente nem todos estão listados neste quadro.

¹ Diferentemente dos demais movimentos, o EZLN, a 1º. de janeiro de 1994, de armas nas mãos, tomou as sedes de vários municípios mexicanos, em protesto contra o acordo do governo que assinou o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e Canadá.

² Propositadamente mantivemos os termos *piqueteros* e *cocaleros* em espanhol, por não terem o mesmo significado político entre nós.

Vale dizer que, no bojo da própria luta, a complexa articulação política que se estabelece entre as diversas organizações sociais para enfrentar determinadas conjunturas desfavoráveis a elas, leva-nos a considerar que aquelas denominações (sem-terra, sem-teto, *piqueteros*, *cocaleros* etc.) passam a ser aglutinadoras de movimentos populares concretos. Por isso, o recurso expositivo de tratá-las desta forma, apesar do risco de certa imprecisão.

Neste espaço, não recuperaremos a história recente de nenhum destes movimentos e menos ainda nos referiremos especialmente a algum deles. Pretendemos, pois, colocar em relevo as práticas políticas e ideológicas mais comuns entre eles para problematizarmos que implicações elas têm na constituição do proletariado em classe. Praticamente todos os movimentos se apresentaram (ou se apresentam) como contrários ao neoliberalismo; alguns foram mais longe e se posicionaram (ou se posicionam) como anticapitalistas, antiimperialistas e socialistas: MST (Brasil) e FPDS (Argentina). Desde o V Congresso da Central Obrera Boliviana (COB), em 1979, torna-se mais complicado colocá-la baseada neste tripé, pelo menos nos mesmos termos da época de sua fundação, em 1952.³ Por outro lado, hoje ela se compõe não somente pelo proletariado mineiro, como também por estudantes, trabalhadores assalariados, pequenos comerciantes e, até mesmo, camponeses indígenas (Urquidi, 2007), o que lhe dá um caráter de organização popular. A atual configuração da base social da COB permitiu-lhe recuperar parte de seu peso político, muito fragilizado desde os anos 1980. Entretanto, é importante a seguinte ressalva: o movimento *cocalero*, na verdade, reúne mais de 500 sindicatos da região de Cochabamba, repartidos em seis federações dirigidas, desde 1990, por um comitê coordenador, cuja presidência foi exercida por Evo Morales por cinco mandatos consecutivos.

Em suma, propomo-nos a retomar as discussões em torno da constituição do proletariado em classe e as implicações políticas do protagonismo das lutas anti-sistêmicas latino-americanas terem como principais sujeitos os “subproletários” e os “semiproletários”, uma vez que não se confrontam diretamente com o capital. Nesse sentido, optamos pela problematização mais conceitual do que propriamente “empírica” em torno destes sujeitos e só nos remeteremos aos movimentos nos quais participam quando forem importantes para a ilustração teórica.

Breves apontamentos sobre a (des)constituição do proletariado em classe

As organizações políticas e sindicais tradicionais do proletariado não são objeto de análise neste texto, mas é importante nos determos em alguns aspectos teóricos que dizem respeito ao seu (difícil) processo de constituição em classe, visto que seu refluxo político-ideológico dos anos 1990 para cá deixou uma lacuna importante ocupada por

³ Estamos de acordo com a hipótese indicativa segundo a qual a COB se configurou como um sindicalismo que combinou a luta reivindicatória e a luta revolucionária. Isso não significa que tenha mantido esta postura ao longo de toda a sua trajetória (Duran Gil, 2003).

movimentos populares ligados às demandas “emergenciais”. Tal refluxo, entretanto, se deve a inúmeros fatores, desde o processo de hegemonia do capital financeiro em escala mundial sobre diversos Estados nacionais (dependentes e imperialistas), passando pela maré baixa dos sindicatos e partidos de origem proletária, chegando ao “chão de fábrica”, onde as investidas do capital podem ser percebidas nas formas e métodos de submissão dos trabalhadores ao processo produtivo.

Marx e Engels estavam plenamente cientes da existência de diversas classes sociais sob o capitalismo, além, é claro, das duas fundamentais: a burguesia e o proletariado. Segundo Miliband, “eles reconheciam outras formas de conflito de classes [e] reconheciam a existência de outros conflitos, além dos conflitos de classes”. Por outro lado, “a questão realmente importante é a insistência de Marx e Engels em que o conflito primordial na sociedade capitalista é entre capitalistas e operários” (Miliband, 1979: 25). Não é para menos:

É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada (Marx, 1980: 907).

Em pelo menos uma das passagens do *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels são enfáticos quando afirmam que o proletariado é, de todas as classes em luta, a única verdadeiramente revolucionária, pois “as outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico” (Marx & Engels, 1988: 85/86).

Para os autores, o proletariado só é verdadeiramente revolucionário se tiver consciência de classe e que, sem ela, é simples massa. Ela se torna classe quando adquire consciência de classe (Miliband, 1979: 27). E ao adquiri-la, constitui-se em classe e organiza-se em partido político (Marx & Engels, 1988: 85). Neste processo, o papel dos comunistas é fundamental: formação do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa e conquista do poder político (1988: 88).

Não é difícil intuir que, para Marx e Engels, a constituição do proletariado em classe é processual, hipótese que norteia este artigo: as classes se “(des)constituem” na luta de classes.⁴ Por outro lado, a constituição do proletariado em classe é complexa, depende de uma série de fatores econômicos, políticos, culturais, conjunturais etc.:

⁴ Hipótese de inspiração poulantziana. Ver Nicos Poulantzas (1977). Trata-se de hipótese controversa e polêmica no interior do marxismo. Para o que nos interessa mais diretamente, sustentamos que a “destituição” do proletariado em classe não o inviabiliza empiricamente, uma vez que se refere aos aspectos mais avançados de suas formas de organização e de luta (sindicatos e partidos políticos revolucionários). Dito de outro modo: há momentos na história das formações sociais concretas que estas organizações são praticamente destruídas pelo capital, por meio do Estado e de seus aparatos

É no terreno de formações sociais em conjunturas específicas que se decide a formação do operariado como classe. Não há, no plano das relações de produção e das forças produtivas capitalistas, que representa o nível econômico do modo capitalista de produção, nada que torne inevitável, ao contrário do que sugere o economicismo, a formação da classe operária como classe ativa (Boito Jr., 2003: 246).

Em seguida, Boito Jr. complementa o argumento ao afirmar que:

Os trabalhadores assalariados manuais são a classe operária em potência no capitalismo. A situação histórica concreta e a ação dos partidos políticos socialistas possibilitarão, ou não, a conversão dessa classe potencialmente dada, no plano da estrutura econômica, em uma classe ativa. Nesse processo de construção da classe operária, seus interesses e limites precisos serão definidos e testados na luta (2003: 247).

A complexidade da formação do proletariado em classe nos leva a considerar importante discutir o papel político e ideológico de sujeitos que organizam resistências à dominação capitalista neoliberal, mesmo estando “fora” do “núcleo duro” das relações entre capital e trabalho.

“Subproletários” e “semiproletários” nos atuais movimentos populares latino-americanos

Como dissemos, os “subproletários” e “semiproletários” compõem socialmente os principais movimentos populares latino-americanos. Entusiasmados com seu protagonismo, alguns intelectuais passaram a se referir à “multidão”, “formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e assim, potencialmente, como a classe daqueles que recusam o domínio do capital” (Hardt & Negri, 2005: 147). Para Hard e Negri, o trabalho industrial, embora permaneça importante, “não detém o privilégio político em relação às outras classes de trabalho no interior da multidão”, tendo o seu lugar ocupado pelo “trabalho imaterial” ou “afetivo”, ao se tornar hegemônico qualitativamente (2005: 147-149).

Nosso campo teórico é outro e se aproxima daquele que se liga à composição social e ocupacional dos seus ativistas, não obstante se utiliza também do conceito de “multidão”, mas em sentido diverso.⁵ Isto é, em nossa perspectiva, os sujeitos pertencentes à “multidão” não são capitalistas urbanos, comerciantes ou latifundiários, pois não participam de motins da fome, da moradia, da terra e do trabalho.⁶ Referimo-

repressivos (polícia, exército, judiciário), que obriga o proletariado daquela formação social a ter que se reorganizar praticamente do “zero”. Nesse estágio, portanto, ele não se constitui em classe no sentido mais avançado do termo.

⁵ Apoiamo-nos no conceito de “multidão” proposto pelo historiador marxista inglês George Rudé (1981).

⁶ Embora Rudé se refira aos movimentos populares dos séculos XVIII e XIX, o recorte de classe fica evidente: os capitalistas, comerciantes ou latifundiários não “colocavam mosquetes no ombro para sitiar

nos, portanto, às “classes inferiores” ou *menu peuple* das cidades e do campo (Rudé, 1981: 220). Desse modo, situamos os principais movimentos sociais latino-americanos no campo das classes populares, compostos, principalmente, por “subproletários” e “semiproletários”.⁷

Estes movimentos têm uma base social relativamente heterogênea formada por subempregados ou desempregados urbanos e rurais e campesinato pobre. Organizam-se, muitas vezes, a partir de conjunturas sociais, econômicas e políticas peculiares, que tornam suas demandas específicas (emprego, reforma agrária, reforma urbana etc.). Alguns deles associam a estes problemas questões étnicas (*cocaleros* bolivianos, zapatistas, indígenas equatorianos e peruanos etc.). As condições sociais draconianas nas quais estão submetidos os colocam praticamente no mesmo patamar de luta: reivindicam do Estado (e não exclusivamente do patrão) o atendimento de suas necessidades básicas. Só paralisam a produção de mercadoria quando trazem para as suas mobilizações o proletariado tradicional, organizado nos partidos e sindicatos. Caso contrário, o máximo que conseguem é paralisar a sua circulação, ao bloquearem estradas e vias de acesso.

Não obstante a relativa heterogeneidade social e política desses movimentos, é possível detectar alguns elementos ideológicos comuns entre eles. Ou seja: se as lutas operárias tradicionais, tão fortes ao longo do século XX, tinham uma relação com o capital parecida (produtores diretos de mercadoria), praticamente as mesmas formas de organização (sindicatos e partidos operários) e os mesmos objetivos (luta contra o capital), os “novos” deserdados do capital também se organizam de forma similar (decisões por assembleias, horizontalidade, ação direta, ocupações de terra e fábricas) e se voltam para o Estado, ao reivindicarem terra (reforma agrária), crédito (para o plantio ou produção) e trabalho (formação de cooperativas). Se as principais lutas operárias tradicionais ocorreram no “chão de fábrica”, as dos movimentos populares atuais ocorrem com as ocupações de terra e de fábricas, marchas, bloqueios de estradas etc. E, em geral, se autodenominam anticapitalistas e socialistas.

A despeito do refluxo das lutas operárias do final do século XX para cá, o proletariado tradicional continua sendo aquele que se choca diretamente com o capital, sendo capaz, portanto, de paralisar a produção de mercadorias. Muito provavelmente perdeu força política nestes confrontos, seus sindicatos e partidos entraram em crise ideológica, mas, pela própria natureza da acumulação capitalista, permanece sendo o produtor direto de mais-valor. Por outro lado, seu lugar foi assumido pelos movimentos populares.⁸ Em suma, o surgimento do proletariado não eliminou a

a Bastilha ou tomar um palácio real pela força das armas”. Ver Rudé (1981: 221).

⁷ Uma crítica interessante à “multidão” e ao “contra-poder” de Hardt e Negri, pode-se encontrar em Atilio Boron (2004: 363).

⁸ Gramsci (2002) designa esses setores como componentes das classes subalternas e destaca que eles têm uma história desagregada e episódica. As suas atuações ocorrem nos limites “estabelecidos” pelas classes dirigentes e só podem ser ultrapassados quando as classes subalternas se tornarem “Estado”, ou

sobrevivência do “subproletariado” e do “semiproletariado”; e quando organizados em movimentos, podem se apresentar como anticapitalistas.

Voltando-nos para a tentativa de refinamento dos sujeitos que compõem estes movimentos, arriscamo-nos a dizer que uma parte importante não é produtora direta de mais-valor: são os pequenos proprietários de terra (campesinato pobre), pequenos lojistas (ambulantes) e pequenos prestadores de serviços (serventes, jardineiros, encanadores etc.), que, em tese, não exploram força de trabalho ou são, no máximo, patrões de si mesmos. Explicitemos um pouco melhor.

Estamos lidando, grosso modo, com “dois” sujeitos que não podemos “fracioná-los” sem correr riscos:

a) Os “subproletários” (urbanos): assalariados de baixa renda (“peões” da construção civil, bóias-frias etc.), autônomos de baixa renda (engraxates, vendedores de rua, serventes de pedreiro, encanadores, eletricitistas etc.) e não-remunerados (pessoas que trabalham para os produtores simples de mercadoria). O que diferencia o proletariado do “subproletariado” é sua inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho e nível salarial (Singer, 1981: 128/133). Acrescentamos, ainda, a falta de organização política e sindical, algo comum entre os trabalhadores “subproletarizados”.

b) Os “semiproletários” rurais: pertencentes ao campesinato pobre (sem-terra), “constitui, ao lado do proletariado propriamente dito, uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão” (Germer, 2002: 269). Ele é composto por produtores semi-autônomos, “pois a propriedade da terra e demais recursos produtivos que eventualmente possui, os obriga a recorrer ao trabalho assalariado, fora do seu pequeno estabelecimento, a fim de complementar a manutenção familiar. Assim, mais da metade deles não é proprietária da terra que trabalha (...)” (2002: 271).

Os camponeses pobres, ao reivindicarem uma melhor distribuição de terras (a reforma agrária), no fundo, reivindicam meios de produção, afinal, necessitam produzir para sobreviver. Organizados em cooperativas, produzem para o “mercado”, que os submete à sua lógica. Dito de outra forma: como lutar pelo socialismo e, ao mesmo tempo, reivindicar meios de produção, mesmo sob controle dos trabalhadores? Ao conquistarem a propriedade da terra, organizada em cooperativas, e ao se submeterem às leis de mercado, não passam a defendê-la e, com isso, “retroalimentam” algo que condenam sob o capitalismo (a propriedade privada)?

Há ainda outro aspecto a ser observado. Segundo Mouriaux (2002), esses setores populares organizam-se em torno dos movimentos de “urgência”, que são lutas para que as pessoas consigam sobreviver. É possível propor, grosso modo, a seguinte ilação: se, de um lado, estabelecem lutas de “urgência”, que dizem respeito à própria sobrevivência física de seus componentes, de outro, o movimento proletário

seja, quando tomarem o poder.

tradicional estabeleceu (e estabelece, mesmo que em menor escala) lutas “estruturais” que, do ponto de vista imediato, objetivam ultrapassar os limites da sobrevivência física de seus membros, mas que não lograram êxito nos processos de transição ao socialismo (Comuna de Paris/1871; Revolução Russa/1917; Revolução Cubana/1959; etc.). Estes “malogros” não são exclusivos dos proletários tradicionais: pelo menos um dos movimentos aqui abordados foi responsável pela derrubada de governos em seu respectivo país, mas, em nenhum dos casos, transitou para o socialismo. A Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) participou de quatro levantes, entre 1990 e 2006. Em 2002, sem forças para a formação de um governo popular, participou num primeiro momento do governo de Lucio Gutierrez para, em seguida, deixá-lo. Em 2005, ele renunciou sob fortes protestos populares.

Resta-nos saber, entretanto, quais são as potencialidades dos movimentos de “urgência” para ultrapassarem a luta pelas necessidades imediatas e ingressarem em lutas por mudanças “estruturais” (não significa dizer que as lutas de “urgência” estão completamente desprovidas de relação com as lutas por mudanças “estruturais”). Por sua vez, se concordarmos com George Rudé (1982), quando afirma que há um trânsito dialético entre ideologias populares e consciência de classe, quais são as potencialidades de as ideologias populares transformarem-se em consciência de classe em sujeitos que não se confrontam diretamente com o capital?

As ideologias populares são compostas por elementos “inerentes”, “derivados” e pelas “circunstâncias históricas”. Elas são impulsionadoras de lutas sociais: nos sem-terra, por exemplo, pode levá-los a lutar por reforma agrária, já que a ideologia popular estabelece a crença do seu direito à terra e ao trabalho. Evidentemente que elas, por si mesmas, não levam os trabalhadores à revolução, mas incita-os “a greves, motins por alimentos, rebeliões camponesas (...) e até mesmo a um estado de consciência da necessidade de mudança radical (...)” (Rudé, 1982: 30).

Como elas por si mesmas não levam à revolução, o passo seguinte só pode ser dado se forem suplementadas pelos elementos “derivados”: as idéias políticas, filosóficas ou religiosas que, em diferentes graus de sofisticação, são absorvidas pela cultura mais especificamente *popular* (Rudé, 1982: 30). A consciência de classe é, em última instância, a sofisticação científica das ideologias “inerentes” e “derivadas”. Todavia, ambas só podem ser absorvidas se o terreno estiver preparado (as “circunstâncias e experiências históricas”): o elemento “inerente” é a base comum sobre a qual se desenvolve o elemento “derivado” em que as “circunstâncias e a experiência” concorrem como precipitadoras de processos revolucionários. Dessa maneira, não basta que as classes populares sejam portadoras de crenças “inerentes” ou “derivadas” se, sob determinadas circunstâncias revolucionárias, não forem impulsionadas a avançarem em direção à transformação social.

Práticas de classe: igualitarismo, coletivismo (e mercado?)

Os movimentos populares que se autodenominam socialistas e anticapitalistas vivem um grande dilema, crucial para a sua própria sobrevivência política: organizar a produção em bases coletivas e, ao mesmo tempo, produzir para o mercado capitalista. Pode-se contra-argumentar que, a despeito disso, a produção está sob controle dos trabalhadores. Mas, não é o mercado capitalista quem define o preço de suas mercadorias? Não os submete à sua lógica?

Para fazermos esta discussão, partimos do pressuposto de que há um elemento “comum” às lutas das classes subalternas contra os dominantes ao longo da história: trata-se das idéias igualitárias, antiproprietárias e antiestatais (Badiou & Balmès, 1976). José Carlos Mariátegui (1975), por exemplo, detectou esses elementos no “comunismo incaico” dos índios peruanos de seu tempo. Para ele, tais elementos potencializavam uma possível aliança dos índios com o proletariado revolucionário, portador do “comunismo científico”.

Levantadas estas questões, examinamos a contradição entre o “comunismo coletivista” presentes nestes movimentos e a produção voltada para o “mercado”.

Quando comparamos a atuação política do proletariado “tradicional” com a do “subproletariado” e a do “semiproletariado”, do ponto de vista teórico e sob certo grau de abstração, deparamo-nos com o seguinte paradoxo: o proletariado “tradicional” não espera por uma reapropriação individual de parte da fábrica e da maquinaria, mas aspira a uma igualdade de consumidor para que todos tenham acesso à riqueza socialmente produzida, já que está integrado a um processo de trabalho altamente socializado. Trata-se de uma consciência pré-revolucionária. Já o “subproletariado” e o “semiproletariado” lutam pela repartição igualitária dos meios de produção (instrumentos de produção, terra), algo próprio das classes ligadas à pequena propriedade e à pequena produção.⁹

Ora, a despeito de sabermos que estes movimentos não têm força política para enfrentar a sua situação de classe pauperizada a não ser reivindicando terra ou trabalho para sobreviver, este acaba sendo um fator limitador da sua luta política e ideológica. Aquilo que serve como motor da organização em classe – o questionamento jurídico-político da concentração da propriedade privada dos meios de produção em pouquíssimas mãos durante os acampamentos, marchas, bloqueios de estradas etc. – perde força política quando se torna assentado ou cooperado (formação das cooperativas: olarias, marcenarias, padarias, metalurgias etc.), pois são obrigados a produzir para o mercado e, além disso, demonstrar a viabilidade econômica de seus empreendimentos. O Estado burguês, por sua vez, procura inviabilizá-los de várias formas, sendo a mais comum ao dificultar a liberação de créditos para a produção, plantio e cultivo.

⁹ A inspiração teórica está em Saes (1998: 145/172) e em Badiou e Balmès (1976).

Estas lutas não estão isentas do risco de transformá-los em pequenos proprietários urbanos ou rurais, daí o desafio destes movimentos em mudar os valores dos sujeitos envolvidos na luta.

Mesmo levando-se em conta que estes movimentos empunham como bandeira ideológica a igualdade social, a propriedade coletiva e posições antiestatais, em que medida a luta contra os latifúndios ou contra o capital urbano pode se transformar numa luta pelo socialismo, visto que estão ligados à pequena propriedade? Por outro lado, se não se confrontam diretamente com o capital, como podem chegar ao “comunismo moderno”, típico do proletariado industrial? E, por fim, uma vez que o proletariado industrial é o principal sujeito do “comunismo científico” defendido por Marx, cujos elementos sociais, políticos e ideológicos não são exatamente os mesmos do “igualitarismo coletivista” – e nem poderiam sê-los – que potencialidade o proletariado tradicional tem para lutar pelo comunismo, uma vez que se encontra em refluxo?

Deparamo-nos com questões complexas e difíceis de responder. Mas intuímos que se o proletariado tradicional não voltar ao cenário político novamente, as tentativas de transição ao socialismo, qualquer que seja o entendimento disso, não lograrão efeito.

Bibliografia

- BADIOU, A. e BALMÈS, F. (1976). *De l'idéologie*. Paris: Maspero.
- BOITO Jr., A. (2003). A (difícil) formação da classe operária. In: VÁRIOS AUTORES. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã.
- BORON, A. (2004). Poder, “contra-poder” e “antipoder”. Notas sobre un extravió teórico político en el pensamiento crítico contemporâneo. In: SANTOS, T. dos. (coord.); MARTINS, C. E.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (orgs.). *Hegemonia e contra hegemonia*. (Vol. II). Globalização, dimensões e alternativas. Rio de Janeiro: PUC-Rio & Loyola.
- DURAN GIL, A. (2003). *Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- GERMER, C. (2002). Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS.
- GRAMSCI, A. (2002). *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARDT, M. e NEGRI, A. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- MARIÁTEGUI, J. C. (1975). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, K. (1980). *O Capital*. Livro 3. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- MARX, K; ENGELS, F. (1988). *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global.
- MILIBAND, R. (1979). *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOURIAUX, R. (2002). A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 14.
- PETRAS, J. (1998). *Na contramão do neoliberalismo*. São Paulo: Xamã.
- POULANTZAS, N. (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- RUDÉ, G. (1982). *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. (1981). *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Ed. Campos.
- SAES, D. (1998). *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH.
- SINGER, P. (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- URQUIDI, V. G. F-D. (2007). *Movimento cocalheiro na Bolívia*. São Paulo: HUCITEC.